

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15276 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 09 -Trabalho e Educação, Ensino Médio e Ed. Técnica e Tecnológica

POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS PELA ICOMI NO ENTÃO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1960-1984)

Pollianna Pimentel Ferreira - UFPA - Universidade Federal do Pará

Idelson Maciel Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Norma Iracema de Barros Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS PELA ICOMI NO ENTÃO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1960-1984)

RESUMO: Este estudo é uma breve análise da interface Educação e Fordismo, sobre a qual se analisa a instituição do Programa Educativo da Indústria e Comércio de Mineração SA./ICOMI, assentada no modelo fordista de produção e regulação social, conexo à política de educação tecnicista típica de tal modelo. Para tanto, buscou-se responder ao seguinte problema: de que forma a ética do trabalho presente em políticas e programas educacionais contribuiu à implementação da educação icomiana, convergindo para a concretização do modelo de desenvolvimento fordista no Território Federal do Amapá/TFA? O objetivo foi investigar como o modelo tecnicista de educação influenciou no desenho de um padrão de desenvolvimento econômico e social que buscava a atender aos interesses do capital no TFA. O caminho metodológico é ancorado no método Materialismo Histórico-Dialético/MHD e tipo o de pesquisa é documental, de abordagem qualitativa. Os resultados indicam que o Programa de Educação/ICOMI, assentado em bases fordistas, formava o educando para a vida em família, para o trabalho e para servir à pátria. Conclui-se demonstra que a educação icomiana foi forjada em diretrizes de uma educação elitista, excludente e que atendeu sobretudo aos interesses do capital.

Palavras-chave: Trabalho, Educação, Políticas Educacionais, Fordismo.

Esta pesquisa deriva de Mestrado em Educação e aborda o tema as Políticas Educacionais implementadas no Brasil, em particular no então TFA (1960-1984), que hoje é Estado. Os desdobramentos incidiram para a concretização do Fordismo, por meio do Projeto Educacional icomiano, visto que as políticas e os programas educacionais que estiveram em pauta naquele período ocuparam lugar de destaque nos campos econômico, político e cultural. Nesse caso, legislação brasileira defendeu uma Educação quantitativa, acessível a todo cidadão, além de uma urgente inclusão no mercado profissional e no mundo do trabalho. Todavia, esses discursos nem sempre se concretizaram, ficando no campo da ilusão, da pseudoeducação.

Milhares de crianças, adolescentes e jovens, mesmo matriculados em escolas, permaneceram excluídos de uma educação participativa, democrática, conscientizadora, dialógica, autônoma e afetiva (Piana, 2009). Não se estava formando para uma vida cidadã, mas sim para o mercado de trabalho, e essa formação técnica voltada aos interesses do mundo do trabalho e que demandava o “capital humano”, era a substância do Programa Educacional da ICOMI, empresa que buscou implantar no TFA práticas compatíveis aos interesses do trabalho industrial, que estavam em pleno alinhamento com os moldes fordistas de produção.

Cabe apresentar breve informação sobre a ICOMI e a forma como desenvolveu atividades e um Programa Educativo por mais de 50 anos no TFA. Trata-se de empresa brasileira de médio porte que em 1947 recebeu a autorização do Governo Federal para pesquisar e explorar o manganês no Amapá. Discute-se essa empreitada da mineradora com base nos eventos que deram feição à história do aproveitamento das jazidas de minério de manganês do município de Serra do Navio, narrados por um periódico da própria empresa: Revista ICOMI-Notícias, somada a Relatórios divididos em dois volumes (ICOMI, 1983), cujas narrativas foram confrontadas a estudos já realizados sobre as suas ações no Amapá.

Os fatos apresentados pela ICOMI por quase 40 anos do desenvolvimento de atividades, mostram uma pequena empresa do estado de Minas Gerais, modesta em origem e que trazia o trabalho como o maior motivo de sua essência. A mineradora afirmava que suas ações demudariam “um bem inerte no meio da selva amazônica” em verdadeiro dom natural, capaz de gerar grandes benefícios ao Brasil e aos brasileiros. (ICOMI, 1983, p. 2).

Em sentido diretamente oposto Nunes (2010), Silva (2007) e Paz (2011) argumentam que os planos desenvolvimentistas icomianos foram marcados pela falta de apreço à população local e à sua cultura, buscando enquadrá-la como mão de obra, nas estritas perspectivas do capitalismo industrial. Para esses estudiosos, a ICOMI, de fato, visava atingir a acumulação de capital por meio de práticas que culminaram em controle social sobre os trabalhadores, seus familiares e comunidades locais.

Segundo discursos de líderes governamentais e empresariais da época, a chegada da ICOMI à Amazônia nos anos 1940 significou o momento de saída da “cômoda posição de mera expectadora do exuberante espetáculo visual a um melhor conhecimento e conseqüente aproveitamento da potencialidade econômica de uma área tão desconhecida quanto promissora” (ICOMI, 1983, p. 3). Janary Gentil Nunes, governador do Amapá (1943 a 1956), buscou superar a tradição de produção de subsistência, identificada como fator de “atraso” dando atenção especial à área da extração mineral, considerada por ele como atividade economicamente promissora.

Assim, após as atividades de pesquisa e descoberta do manganês no Amapá, a ICOMI iniciou suas atividades de exploração das jazidas de Serra do Navio. A promessa era a de transformar radicalmente a economia do Amapá, originando-lhe receitas, bem como para todo o País, que os levariam a uma impressionante metamorfose, já que retiraria o TFA da obscuridade, dando-lhe projeção econômica com a exploração e exportação do manganês que se tornou reserva nacional (ICOMI, 1983).

A extração de manganês ensejou apropriação do Território, aprovada pela construção de larga infraestrutura, não só dos espaços das vilas, mas também das conjecturas pedagógicas. Assim, a Educação foi uma das estratégias de assimilação territorial, forjada em políticas e projetos que atenderam a uma concepção econômica, política e social no TFA, marcando uma estrita relação educação/trabalho e economia/projeto educacional icomiano.

Dessa forma, com o intuito de contribuir aos estudos de História da Educação na Amazônia, contemplando ainda o eixo de Educação e Trabalho, esse estudo, calcado no método Materialismo Histórico-Dialético/MHD, segue ancorada principalmente nos escritos de Marx e Engels (2015), que se opõem ao espiritualismo e idealismo e buscam explicação científica do real, em perspectiva histórica. A escolha é adequada para atingir o objetivo de compreender os processos de transformação social, a partir do conflito de interesses das diferentes classes sociais que compunham o cenário político-ideológico e sócio empresarial presentes no ex TFA, no advento do Programa Educativo icomiano.

Assim, lançou-se mão de Certidões de Nascimento, Fichas de matrícula e de avaliação dos alunos, Relatórios, Atas e Projetos educacionais da ICOMI, o que possibilitou conexão a pesquisador e sujeitos do estudo, permitindo entrever, na análise da política de educação icomiana, as determinações históricas da realidade que se configurou no referido Território. Os documentos analisados tiveram a base teórica em Evangelista (2012), que chama a atenção aos discursos que não são fortuitos, e precisam ser vistos como consequência de práticas sociais e expressão da consciência humana em determinado período histórico.

Empregou-se abordagem qualitativa, baseada em Flick (2009), por ser capaz de apreender o relevo particular do estudo das relações sociais em cenários considerados complexos. Nessa pesquisa, revelou-se a acentuada individualização das formas de vida dos trabalhadores e seus familiares, cooptados pelo *modus* educacional implantado pela empresa, dentro e fora dos muros da Escola.

Na análise e discussão de resultados apurou-se que no projeto desenvolvido na Escola de Vila Amazonas/ESVAM, a empresa pôs em prática um modelo de educação escolar e industrial voltado à formação do trabalhador amazônico, buscando a regulação de seu modo de vida na “prevalência de valores morais e sociais” apresentados como sinais do bem comum e do “progresso” do Território no âmbito cultural (AMAPÁ. *Icomi-Notícias*, 1964, p.1 – 1. ed.).

A dita companhia afirmava que os ganhos iriam além dos *royalties* e impostos pagos, contribuindo assim ao progresso e melhoria das condições de vida dos amapaenses, por meio da “**formação de novas gerações sadias e instruídas,**” bem como possibilitaria a “formação de ambiente para a instalação e desenvolvimento de novos empreendimentos,” e permitiria ainda, “**formação de uma consciência social de progresso baseado em racionalização de métodos de trabalho** e elevação intelectual do homem.” (Amapá, *Revista Icomi-Notícias*, 1964, p. 28, 3 ed. grifos nossos).

Os resultados indicam que o projeto ICOMI difundia os ideais de superação da “falta de desenvolvimento” e de busca pelo “progresso,” com um programa educacional anunciando a formação de novas gerações que representariam o “triunfo do homem sobre a selva, a vitória da civilização sobre o trópico.” (AMAPÁ, *Revista Icomi-Notícias*, 1964, p. 28, 3. ed.). Esta era igualmente a perspectiva esposada pelo governador Janary Nunes, para quem o desenvolvimento seria resultado dos esforços conjugados entre povo e Governo.

Formar novas gerações “sadias e instruídas”, gerar uma consciência social calcada na noção de progresso, bem como racionalizar os métodos de trabalho, constituíram a base do ideário fordista de produção e regulação social vigente de forma global, desde os anos 1930 (Frigotto,2010). O fordismo possibilitou a máxima conexão dos trabalhadores no circuito do consumo, na “repartição” dos ganhos da produtividade e na rendição de segmentos do movimento operário.

Por seu turno, Behring e Boschetti (2014, p. 115), entendem que o acesso ao consumo e às conquistas no campo na seguridade social “davam a impressão de que o capitalismo, a partir daí, ao menos nos países de capitalismo central, havia encontrado a fórmula mágica, tão ao gosto da social-democracia, para combinar acumulação e equidade”, ledo engano da classe trabalhadora!

A título de considerações finais destaca-se que no cenário político-educacional e social-econômico daquele momento histórico do programa instituído no TFA, pela ICOMI, entende-se que atendia às normativas nacionais regulamentadas totalmente em favor das grandes indústrias e do acúmulo de capital. Foi o período em que as novas exigências educacionais da industrialização passaram a ser postas em pauta e o mercado de trabalho buscava profissionais com perfil que atendesse a tais exigências. Nesse sentido, o Programa Educacional Icomiano buscou fazer com que o produto acabado das suas escolas elementares estivesse de acordo com a formação de “recursos humanos” que o mercado exigia.

Verificou-se que no Fordismo, empresas como a ICOMI buscaram formas de proporcionar escolarização a seus trabalhadores. A escrita e leitura passaram ter um preço, sendo úteis e benéficas aos que melhor se adequavam às regras, sendo opressora e estigmatizante para os que apresentassem qualquer tipo de dificuldade advinda da escassa demanda social de educação local (Romanelli, 1999).

Concorda-se com Frigotto (2010) que o sistema educacional dos tempos modernos ainda é moldado de forma a perpetuar o *status quo* e a hegemonia do sistema capitalista, bem como que dentre as diversas estratégias do Estado para manter a hegemonia do capital, está a ideia de que não se pode utilizar somente a força, mas sim o “consenso”, o qual é percebido como meio fundamental para não se perder o controle das massas e a função básica da educação, que neste caso, é o de reproduzir as condições sociais postas. Assim, a Escola assume a função de disseminadora dessa ideologia conservadora. (Lombardi; Saviani, 2005).

Com base em Kuenzer (2011), conclui-se que as relações entre produção e educação do trabalhador icomiano, constituíram-se na distribuição desigual do saber, na adaptação e no disciplinamento cotidiano, na política salarial e na questão da qualificação profissional, em estreita ligação com a Escola. Assim sendo, passou-se a valorizar mais o saber escolar, em detrimento do saber prático/local e, portanto, as estratégias educativas e sua eficácia no mundo do trabalho capitalista, que foram postas em prática no Amapá por meio da ICOMI, consolidaram o propósito hegemônico elitista/dominador/explorador pensado para essa parte

da Amazônia, durante o período de Território Federal.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Revista **Icomi-Notícias**. Rio de Janeiro: Ed. Departamento de Relações Públicas da ICOMI, n. 1, jan. 1964.

AMAPÁ. Revista **Icomi-Notícias**. Rio de Janeiro: Ed. Departamento de Relações Públicas da ICOMI, n.3, mar. 1964.

BEHRING, Elaine. R.; BOSCHETTI, Ivonete. Crise, reação burguesa e barbárie: a política social no neoliberalismo. *In*: BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. (org.). **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 112-146.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p. 55-71.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S. A./ICOMI. **História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do navio**. Rio de Janeiro: ICOMI, 1983. v. II.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval. (org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: EDIPRO, 2015.

NUNES, Elke Daniela R. **O controle social exercido pela Icomi como estratégia de uso e ação sobre o território no Amapá (1960-1975)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, 2010.

PAZ, Adalberto. Jr. F. **Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2011.

PIANA, Maria C. **As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização**. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. p. 57-83.

ROMANELLI, Otaíza. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Maura L. da. **A (onto)gênese da Nação nas margens do Território Federal do Amapá: “o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956).”** Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica/SP, 2007.

